Publicado em 21/06/2023 - 05:54

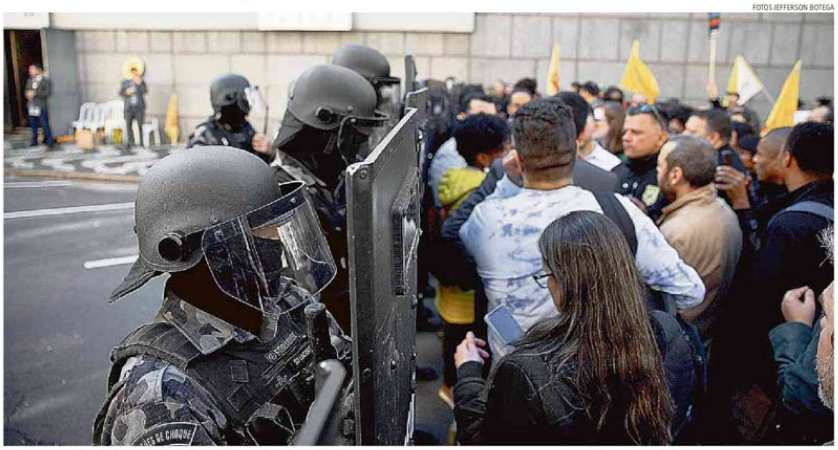
Deputados aprovam projeto que aumenta contribuição ao IPE Saúde

Assembleia aprova aumento de contribuição ao IPE Saúde

Servidores contrários ao projeto chegaram a bloquear a entrada do Legislativo; PL foi aprovado por 36 a 16

FÁBIO SCHAFFNER
fabio.schaffner@zerohora.com.br

FOTOS JEFFERSON BOTEGA



Em meio a protestos, pelotão de choque da Brigada Militar foi chamado para garantir a entrada dos deputados na sede do parlamento

Com as galerias vazias e as entradas obstruídas por manifestantes durante boa parte do dia, a Assembleia Legislativa aprovou, ontem, o projeto de reestruturação financeira do IPE Saúde. Por 36 votos contra 16, os deputados chancelaram o aumento na contribuição dos servidores estaduais, cujo desconto mínimo sobre os salários irá saltar de 3,1% para 3,6%.

Inicialmente marcada para as 14h, a sessão só teve início duas horas mais tarde, em função das manifestações do lado de fora. Desde as primeiras horas da manhã, ônibus vindos do Interior e da Região Metropolitana estacionaram no entorno da Praça da Matriz, transportando servidores para a manifestação. Uma das primeiras ações foi formar um cordão humano em todas as entradas da Assembleia, impedindo o acesso de funcionários e dos deputados.

Com faixas, cartazes e carros de som, os manifestantes gritavam palavras de ordem, pedindo a retirada do regime de urgência do projeto, o que adiaria a votação.

Negociação

Sem conseguir acessar a Casa, os deputados se dirigiram ao Memorial da Assembleia, do outro lado da Rua Duque de Caxias. Boa parte da base governista, que participava de um café da manhã com o governador Eduardo Leite, foi ao local.

Na tentativa de negociar conciliação, o presidente da Assembleia, Vilmar Zanchin (MDB), foi à rua conversar com os líderes da manifestação. Todavia, a presidente do Cpers, Helenir Schurer, reafirmou a disposição dos manifestantes de impedir a votação.

Zanchin retornou ao Memorial. Houve uma tensa reunião para decidir os rumos da sessão. Os partidos de esquerda pediram o adiamento da votação, hipótese que quase acabou referendada. A deputada Nadine Anflor (PSDB) reagiu, argumentando que na próxima sessão a presença de manifestantes poderia ser ainda maior. Zanchin saiu para uma conversa particular com o líder do governo, Frederico Antunes (PP), e, na volta, conduziu a decisão da Mesa de que haveria sessão e a Brigada Militar (BM) deveria ser chamava para liberar a entrada dos deputados.

Galerias

Às 14h, o pelotão de choque da BM saiu do Palácio Piratini e ocupou o trecho da Rua Duque de Caxias, desde o Piratini até a esquina com a Rua General Auto. A ação policial permitiu a abertura de um corredor entre o Memorial e um dos portões laterais do Auditório Dante Barone. Com caminho livre, os deputados cruzaram a rua e entraram na Assembleia.

Em reunião na Presidência, a Mesa Diretora decidiu que a sessão começaria às 16h, sem a presença de público nas galerias. A decisão revoltou os partidos de esquerda, que cogitaram não participar da votação. Em seguida, porém, PT, PCdoB e PSOL recuaram e ingressaram no plenário. Antes da votação, o líder do PT, Luiz Mainardi, admitia a derrota iminente.

– O que aconteceu hoje foi a manifestação do desespero em que os servidores se encontram. São oito anos sem reajuste. Mas se o governo manteve a votação é porque tem os votos necessários – resignava-se o petista.

Estratégia

Os governistas evitaram subir à tribuna para não retardar a votação. Enquanto a oposição se revezava ao microfone, os articuladores do Piratini acertavam detalhes para garantir a coesão da base. Aberta a votação, o governo derrubou quatro emendas e um substitutivo, garantindo prioridade ao texto original.

– Estamos dando um passo para aquilo que todos querem: a permanência da assistência de saúde do IPE – comemorou Frederico Antunes.

– Leite pratica uma política de etarismo. No primeiro mandato, sobretaxou a previdência e, agora aumenta a alíquota dos inativos – protestou o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros.

O projeto vai agora a sanção do governador, garantindo arrecadação extra de R$ 720 milhões anuais ao IPE. Com 1 milhão de segurados, o instituto responde pela cobertura de saúde de 10% da população gaúcha.

Manifestantes formaram cordão humano em frente ao prédio

O que diz o projeto

- Alíquota do titular (ativo, inativo e pensionista) e alíquota do Estado: alterada de 3,1% para 3,6%.
- Valor resultante não será maior que o Valor de Referência estabelecido em Tabela de Referência de Mensalidade (TRM) do IPE Saúde, conforme a faixa etária.
- Mensalidade para dependente com valor que obedecerá à seguinte regra de faixa etária:
  – 0 a 23 anos ou sob condição de invalidez: 22,5% do valor de referência da faixa etária 1 – R$ 49,28.
  – A partir dos 24 anos: 35% do valor de referência da faixa etária correspondente.
- Trava global de 12% da base de contribuição do servidor titular: ou seja, o desconto total do servidor, somando a sua contribuição e dos seus dependentes, não poderá exceder 12% da remuneração total.
- Coparticipação em exames e consultas passará de 0%–40% para 0%–50%.
- Servidores e pensionistas estaduais podem simular o quanto será a sua nova contribuição por meio do Simulador de Contribuição Plano Principal. Acesso pelo site: gzh.rs/simulaIPE

Fonte: Governo do Estado

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 10

Copyright © Clipclap 2025.